

Demonstrações Financeiras

Exercício 2017

**PAN Administradora
de Consórcio Ltda.**

Relatório da Administração

Exercício 2017

**PAN Administradora
de Consórcio Ltda.**

SENHORES ACIONISTAS,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. (“Pan Consórcio” ou “Administradora”) é uma empresa controlada pelo Banco Pan S.A. (“Banco”), que detém 99,99% de seu capital total. A Pan Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No exercício de 2017, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 24 milhões, estável em relação ao exercício de 2016. O resultado bruto da Pan Consórcio foi de R\$ 3,9 milhões no exercício de 2017, 112,1% maior em relação ao resultado bruto no exercício de 2016.

A Pan Consórcio apresentou, no exercício de 2017, um resultado líquido de R\$ 2.555 mil, comparável a um resultado líquido negativo de R\$ 3.939 mil no exercício de 2016.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 atingiu R\$ 45 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no exercício de 2017 a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Administradora, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2018.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		4.908	1.887	CIRCULANTE		9.516	3.882
Disponibilidades		42	19	Outras obrigações		9.516	3.882
Títulos e valores mobiliários		-	17	Obrigações com grupos de consórcio	7.c	7.234	3.241
Carteira própria	5	-	17	Sociais e estatutárias		143	2
Outros créditos		4.866	1.846	Fiscais e previdenciárias	7.a	1.977	344
Diversos	6.b	4.866	1.846	Diversas	7.b	162	295
Outros valores e bens		-	5				
Despesas antecipadas		-	5				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		60.157	52.051	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10.713	7.535
Aplicações interfinanceiras de liquidez		7.827	3.399	Outras obrigações		10.713	7.535
Aplicação em operações compromissadas	4	7.827	3.399	Obrigações com grupos de consórcio	7.c	809	848
Títulos e valores mobiliários		36.478	33.385	Diversas	7.b	9.904	6.687
Carteira própria	5	36.478	33.385				
Outros créditos		15.852	15.267				
Créditos específicos	6.a	809	848				
Diversos	6.b	15.043	14.419				
PERMANENTE		232	113	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.068	42.634
Imobilizado de uso		-	4	Capital social	9.a	42.388	42.388
Outras imobilizações de uso		38	38	De domiciliados no País		42.388	42.388
(-) Depreciações acumuladas		(38)	(34)	Reserva de lucros		2.680	246
Intangível	19	232	109				
Ativos intangíveis		829	667				
(-) Amortizações acumuladas		(597)	(558)				
TOTAL DO ATIVO		65.297	54.051	TOTAL DO PASSIVO		65.297	54.051

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo líquido por cota)

	Nota explicativa	2º semestre <u>2017</u>	Exercício	
			<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.774</u>	<u>3.892</u>	<u>1.835</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.774	3.892	1.835
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.774</u>	<u>3.892</u>	<u>1.835</u>
OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(2.678)</u>	<u>(49)</u>	<u>(7.757)</u>
Receitas de prestação de serviços	10	14.067	24.188	24.764
Despesas de pessoal	11	(425)	(1.732)	(4.171)
Outras despesas administrativas	12	(9.826)	(13.751)	(25.783)
Despesas tributárias	13	(1.709)	(2.946)	(2.878)
Outras receitas operacionais	14.a	1.198	1.473	5.365
Outras despesas operacionais	14.b	(5.983)	(7.281)	(5.054)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO/PREJUÍZO		<u>(904)</u>	<u>3.843</u>	<u>(5.922)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15.a	<u>322</u>	<u>(1.288)</u>	<u>1.983</u>
Provisão para imposto de renda		(397)	(1.200)	-
Provisão para contribuição social		(151)	(451)	-
Ativo fiscal diferido		870	363	1.983
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO		<u>(582)</u>	<u>2.555</u>	<u>(3.939)</u>
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR COTA - EM R\$		<u>(0,01)</u>	<u>0,05</u>	<u>(0,08)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de Lucros		Prejuízo/ lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.388	349	3.836	-	16.573
Aumento de capital	30.000	-	-	-	30.000
Prejuízo	-	-	-	(3.939)	(3.939)
Absorção de prejuízos	-	(103)	(3.836)	3.939	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	42.388	246	-	-	42.634
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	42.388	246	-	-	42.634
Lucro líquido	-	-	-	2.555	2.555
Destinações:					
Reserva Legal	-	128	-	(128)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	2.306	(2.306)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(121)	(121)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	42.388	374	2.306	-	45.068
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	42.388	246	-	3.137	45.771
Prejuízo	-	-	-	(582)	(582)
Destinação:					
Reserva Legal	-	128	-	(128)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	2.306	(2.306)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(121)	(121)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	42.388	374	2.306	-	45.068

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	(582)	2.555	(3.939)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	24	43	36
Constituição/Reversão de provisão para contingências	4.051	5.016	(558)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(870)	(363)	(1.983)
Lucro/Prejuízo ajustado	2.623	7.251	(6.444)
Varição de Ativos e Passivos:			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(688)	(4.428)	(3.399)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(1.500)	(3.076)	(19.311)
(Aumento)/Redução em outros créditos	(150)	(3.242)	7.283
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	26	5	(1)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(181)	3.675	(8.062)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (USADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	130	185	(29.934)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(10)
Aplicações no intangível	(107)	(162)	(54)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(107)	(162)	(64)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Aumento de capital	-	-	30.000
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	30.000
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23	23	2
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	19	19	17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	42	42	19
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros recebidos	143	293	898

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE		190.914	180.563	PASSIVO CIRCULANTE	190.914	180.563
Disponibilidades		263	31	Obrigações com consorciados	35.091	29.441
Depósitos bancários		263	31	Valores a repassar	10.930	10.433
Aplicações financeiras	21	95.941	94.727	Obrigações por contemplações a entregar	71.330	70.925
Outros créditos		94.710	85.805	Obrigações com a administradora	43	-
Bens retomados		249	-	Recursos a devolver a consorciados	49.814	49.434
Direitos junto a consorciados contemplados		94.461	85.805	Recursos dos grupos	23.706	20.330
Normais		92.138	82.995			
Em atraso		1.181	1.117			
Em cobrança judicial		1.142	1.693			
COMPENSAÇÃO		836.562	633.308	COMPENSAÇÃO	836.562	633.308
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		2.863	2.495	Recursos mensais a receber de consorciados	2.863	2.495
Contribuições devidas ao grupo		454.374	348.306	Obrigações do grupo por contribuições	454.374	348.306
Valor dos bens a contemplar		379.325	282.507	Bens a contemplar	379.325	282.507
TOTAL DO ATIVO E COMPENSAÇÃO		1.027.476	813.871	TOTAL DO PASSIVO E COMPENSAÇÃO	1.027.476	813.871

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES
DE GRUPOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)**

	2º semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	90.003	94.758	93.516
Depósitos bancários	19	31	54
Aplicações financeiras	20.701	23.410	16.329
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	69.283	71.317	77.133
(+) RECURSOS COLETADOS	41.141	75.272	79.578
Contribuições para aquisição de bens	22.423	43.502	43.388
Taxa de administração	11.574	18.852	19.579
Contribuições ao fundo de reserva	1.273	2.021	1.594
Rendimento de aplicações financeiras	3.255	7.511	10.183
Multas e juros moratórios	112	277	290
Prêmios de seguro	766	1.366	1.643
Custas judiciais	9	14	17
Outros	1.729	1.729	2.884
(-) RECURSOS UTILIZADOS	34.940	73.826	78.336
Aquisição de bens	11.600	36.344	52.132
Taxa de administração	11.631	18.886	21.155
Multas e juros moratórios	63	140	154
Prêmios de seguro	340	813	1.728
Custas judiciais	13	15	19
Devolução a consorciados desligados	8.439	12.370	85
Outros	2.854	5.258	3.063
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	96.204	96.204	94.758
Depósitos bancários	263	263	31
Aplicações financeiras	24.731	24.731	23.410
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	71.210	71.210	71.317

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A PAN Administradora de Consórcio Ltda. (“Administradora”) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 – Ativo Intangível - homologado pela Circular 3.818/16; e
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Circular 3.817/16.

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2017, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 07/02/2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados. As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na circular 3.817/16.

e) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na circular 3.818/16.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Obrigações:

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio" (nota 7c).

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

j) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

k) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

l) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papel / lastro da operação	31/12/2017			31/12/2016	
	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo (b)	Valor contábil	Valor justo (b)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	7.827	7.827	7.827	3.399	3.399
Total	7.827	7.827	7.827	3.399	3.399

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel / lastro da operação	31/12/2017			31/12/2016	
	De 1 a 3 anos	Valor contábil	Valor justo (b)	Valor contábil	Valor justo (b)
Títulos disponíveis para venda					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	36.478	36.478	36.478	33.402	33.402
Total	36.478	36.478	36.478	33.402	33.402

- (a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI; e
- (b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos específicos:

	31/12/2017	31/12/2016
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	660	625
Bens retomados após encerramento	149	223
Total (Nota 7c)	809	848

b) Diversos:

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos e bloqueios judiciais	9.585	8.631
Créditos tributários (Nota 15b)	7.122	6.760
Impostos a compensar	1.598	304
Empréstimos a grupos de consórcio	1.147	-
Cotas de grupos de consórcio (a)	195	219
Outros créditos	145	118
Outros valores a receber	89	106
Taxa de administração a receber	28	127
Total	19.909	16.265

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

7) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.651	-
COFINS a recolher	201	150
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	40	36
PIS a recolher	41	32
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	21	18
Impostos contribuições sobre salários	23	108
Total	1.977	344

b) Diversas:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para passivos contingentes (Nota 8)	9.904	6.687
Provisão para pagamentos a efetuar	131	176
Valores a pagar a sociedades ligadas	8	73
Outros	23	46
Total	10.066	6.982

c) Obrigações com grupos de consórcio:

	31/12/2017	31/12/2016
Recursos não procurados – grupos (Nota 3g)	7.234	3.241
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (Nota 6a)	809	848
Total	8.043	4.089

8) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Provisões classificadas como perda provável:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

b) Processos trabalhistas:

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

c) Processos cíveis:

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	4.688	4.629
Processos trabalhistas	5.216	2.056
Processos tributários	-	2
Total (Nota 7b)	9.904	6.687

II - Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2016	4.629	2.056	2	6.687
Baixas	(1.205)	(594)	-	(1.799)
Constituições líquidas de reversões	1.264	3.754	(2)	5.016
Saldo em 31/12/2017	4.688	5.216	-	9.904

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 42.388 em 31/12/2017 e 31/12/2016, e está representado por 48.168.122 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

b) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos mínimos:

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

10) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de administração	20.615	21.658
Taxa de permanência	3.365	2.932
Taxas de serviços	208	174
Total	24.188	24.764

11) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	605	1.813
Proventos	537	1.203
Encargos sociais	353	816
Benefícios	233	337
Outros	4	2
Total	1.732	4.171

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017	31/12/2016
Serviço de cobrança	5.874	7.803
Comissões sobre venda de consórcio	5.861	15.733
Call Center	463	440
Serviços técnicos especializados	387	376
Aluguéis	382	352
Processamento de dados	139	245
Outras	645	834
Total	13.751	25.783

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição à COFINS	2.030	1.961
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	484	496
Contribuição ao PIS	430	421
Impostos e taxas	2	-
Total	2.946	2.878

14) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2017	31/12/2016
Reversão de provisões operacionais	1.058	4.922
Recuperação de despesas	365	239
Variação monetária ativa	22	201
Outras	28	3
Total	1.473	5.365

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2017	31/12/2016
Constituição de provisões (Nota 8)	5.123	3.647
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	2.058	1.266
Outras	100	141
Total	7.281	5.054

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.843	(5.922)
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(1.307)	2.013
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	19	(30)
Despesa/Receita de imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.288)	1.983

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para contingências cíveis	1.574	1.243	(1.223)	1.594
Provisão para contingências trabalhistas	699	1.433	(359)	1.773
Provisão para contingências tributárias	1	-	(1)	-
Outras provisões	-	18	(18)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.274	2.694	(1.601)	3.367
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.486	-	(730)	3.755
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	6.760	2.694	(2.331)	7.123

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	3.322	823	29	286	3.351	1.109
2018	45	1.451	1.007	224	1.052	1.675
2019	-	-	954	1.458	954	1.458
2020	-	-	1.108	1.434	1.108	1.434
2021	-	-	658	1.084	658	1.084
Total	3.367	2.274	3.756	4.486	7.123	6.760

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 5.902 (R\$ 4.454 em 31/12/2016).

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	32	17	-	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	01/09/2021	7.827	3.399	541	631
Títulos e Valores Mobiliários						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	14/12/2020	36.478	33.402	3.351	1.204
Outras Obrigações						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	(129)	(73)	-	-
Despesas com Pessoal						
Pan Seguros S.A.	Coligada	-	-	-	(1)	(3)
Outras Despesas Administrativas						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	-	-	(598)	(286)

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2017 foi definido o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2017 no montante de R\$ 1.000 (R\$ 3.660 em 31/12/2016).

17) LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013 e 2014, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

A PAN Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Prudencial PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 31/12/2017 o Conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 13,32%.

18) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: Assistência Médica; Assistência Odontológica; Seguro de Vida; Vale Refeição e Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2017 representava R\$ 233 (R\$ 337 em 31/12/2016).

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos, sendo seu valor residual em 31/12/2017 de R\$ 232.

20) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.

b) Rendimentos de aplicações financeiras:

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

c) Direitos junto a consorciados contemplados:

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

d) Obrigações com consorciados:

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

e) Valores a repassar:

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

f) Recursos a devolver a consorciados:

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

g) Previsão mensal de recursos a receber:

A conta de compensação "Previsão mensal de recursos a receber de consorciados" representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

h) Contribuições devidas ao grupo:

A conta de compensação "Contribuições devidas ao grupo" representa a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar:

A conta de compensação "Valor dos bens a contemplar" representa o valor total dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados:

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 19,9% (19,6% em 2016).

k) Recursos utilizados:

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

l) Informações complementares sobre os grupos em andamento:

	Quantidade	
	31/12/2017	31/12/2016
Grupos administrados	25	28
Consortiados ativos	5.211	4.950
Grupos constituídos no exercício	-	3
Grupos encerrados no exercício	3	-
Consortiados contemplados	2.883	2.949
Consortiados desistentes e excluídos – total	38.615	44.416
Consortiados desistentes e excluídos no exercício	2.457	7.831
Consortiados inadimplentes	392	716
Bens entregues no exercício	240	490
Bens pendentes de entrega – total	796	692
Bens pendentes de entrega no exercício	407	343
Taxa média de inadimplência dos consortiados (a)	7,5%	14,5%

(a) Quantidade de consortiados inadimplentes/consortiados ativos.

21) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – GRUPOS DE CONSÓRCIO

	31/12/2017		31/12/2016
	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	95.941	95.941	94.727
Total	95.941	95.941	94.727

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

DIRETORIA

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

Pan Administradora de Consórcio Ltda.

***Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e as variações nas disponibilidades de grupos do semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2017 e das variações nas disponibilidades de grupos do semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2